



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul

Relatório Contábil do campus Viamão

e Demonstrações Contábeis

3º Trimestre/2021

Bento Gonçalves, 2021

DCONIFRS – processo nº 23419.000477/2021-11

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETOR-GERAL

Alexandre Martins Vidor

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Alexsander Lemos Ferreira

Coordenador de Orçamento

Luana dos Santos Machado de Oliveira

Coordenador Financeiro

Carlos Edgar Sander

EQUIPE TÉCNICA – contador

Maicon Goulart Morales

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício de 2020), em atendimento à Portaria nº 04 MEC/SE/SPO, de 20 de novembro de 2019, consta a Declaração com Ressalva do Contador da Unidade Gestora 158746 – campus Viamão, Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UG)		Código da UG	
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS VIAMÃO		158746	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 3º Trimestre de 2021, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB.</p> <p>No terceiro trimestre de 2021, o campus Viamão permanece com saldo divergente de movimentação de bens móveis no valor de R\$ 82,5 mil. Providências relatadas: Não constam registro de ações diferentes daquelas já adotadas nos exercícios anteriores ou cronograma de ação das providências relatadas. O saldo divergente de movimentação de bens móveis é recorrente no campus Viamão, constante como restrição contábil desde o exercício de 2019.</p> <p>Restrição 653 – Saldos alongados/indevidos contas de controle.</p> <p>No terceiro trimestre de 2021, o campus Viamão permanece sem documento de controle das garantias recebidas, de direitos e obrigações contratuais e de responsabilidade de terceiros. Providências relatadas: <i>a partir do ano corrente o controle de contratos em execução será efetuado através da plataforma contratos do Comprasnet 4.0, cujo acesso já foi dado aos servidores do setor de Licitações e Contratos do Campus Viamão. Tal providência irá mitigar quaisquer óbices existentes no uso do módulo contratos pelo sistema SIPAC (Ofício nº 3/2020/DAP/CP-VIAMAQ, de 22/01/2021).</i> Não foram apontados prazos ou apresentado cronograma de ação da providência relatada. A ausência de documentos de controle de garantias recebidas, de direitos e obrigações contratuais e de responsabilidade de terceiros é recorrente no campus Viamão, constante como restrição contábil desde o exercício de 2017.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Bento Gonçalves	Data	15/10/2021
Contador Resp.	Maicon Goulart Morales	CRC nº	85.488

Demonstrações contábeis do 3º trimestre de 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

<https://drive.google.com/file/d/1nwDCzhA3c5oxsUVq8TX00jP0upjVfyq4/view?usp=sharing>

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

https://drive.google.com/file/d/1bXeszUEKTEFrHH_INt8-9gyd3l2QZn4k/view?usp=sharing

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

https://drive.google.com/file/d/1HuRzgxvn_XBDlOhsQuhDqD8bwwg7Q8Je/view?usp=sharing

BALANÇO FINANCEIRO

<https://drive.google.com/file/d/1e03eZe91QfWQl8L1phZ6p6GGAEzccQwV/view?usp=sharing>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

https://drive.google.com/file/d/1op2LY_SfOBtDJ0V8-7SENa-IEK8jEmP6/view?usp=sharing

Pasta completa dos demonstrativos listados acima:

<https://drive.google.com/drive/folders/1uDB9pLXiJzkiYfa0d223rZve9yno2nYf?usp=sharing>

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão (MCASP).

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Viamão, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

I – No tocante aos seguintes aspectos da informação contábil:

(a) Existência;

Quanto ao aspecto de existência, não tivemos, até o encerramento do exercício, inventário atualizado do campus Viamão. Atualmente, mais de R\$ 52 mil estão contabilizados em estoques e mais de R\$ 1,7 milhões, em bens móveis.

(b) Integridade;

“A segregação de funções consiste em princípio básico de controle interno administrativo que separa, por servidores distintos, as funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilidade” (macrofunção 020315, do Manual SIAFI). No momento em que uma mesma função é dividida entre dois servidores, a afirmação de integridade pode ficar comprometida, sobretudo quando os servidores pertencem a departamentos distintos, de modo que nem o servidor, nem o seu respectivo departamento, conseguem responder com fidedignidade e segurança a questão de integridade, ora por se manifestarem como não responsáveis pela função, ora por não a executarem no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal. Desvios ao princípio de segregação de funções, que colocam em risco o aspecto de integridade, podem ser observados pela execução no SIAFI em alguns departamentos da estrutura administrativa do campus Viamão, que administra e executa o recurso orçamentário executado e em execução da Unidade como um todo.

(c) Exatidão, valorização e alocação;

“A conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e com o Manual SIAFI”, e deverá apresentar, seguramente, “se as demonstrações contábeis apresentam inconformidades perante tais normas que resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliação nelas baseadas” (macrofunção 020315, do Manual SIAFI). Isso exposto, vale ressaltar que foram diversos os apontamentos ao longo de todo o exercício financeiro que comprometem a exatidão, valorização e alocação dos ativos, passivos e itens do patrimônio líquido e que assim permanecem, até a presente data como, por exemplo: falta documento de controle de contratos em execução (restrição 653) e RMB divergente (restrição 640).

II – No tocante aos seguintes procedimentos contábeis:

(a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas;

Falta o mapa gerencial da dívida ativa ou similar (conforme item 6.1.2.1. da macrofunção 021003 Manual de análise dos demonstrativos e auditores contábeis) para conciliação da dívida ativa e respectivo ajuste para perdas, no que couber.

(b) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura);

Faltam inventário atualizado e relatório de reavaliação e redução ao valor recuperável. Atualmente, mais de R\$ 1,7 milhões estão contabilizados à conta de bens móveis no campus Viamão.

(c) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias;

Falta relatório de controle dos contratos em execução. Atualmente, mais de R\$ 902 mil estão contabilizados em execução de obrigações contratuais do campus Viamão, sem conciliação.

(d) Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas;

São diversas as contas de controle sem conciliação no campus.

(e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável;

Falta inventário de bens imóveis. Atualmente, mais de R\$ 270 mil estão registrados à título de bens imóveis no campus Viamão, sem conciliação.

(f) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques;

Falta inventário e ajustes para perdas de estoques. Atualmente, mais de R\$ 52 mil estão contabilizados à título de estoques no campus Viamão.

III – No tocante aos seguintes grupos de contas:

(a) Bens móveis;

Durante todo o exercício, manteve-se divergente o saldo SIAFI de bens móveis em relação ao correspondente documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, e não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado.

Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título.

A divergência total do saldo de bens móveis e intangíveis no SIAFI e o saldo de bens móveis e intangíveis no controle patrimonial, em 30/09/2021, é de R\$ 82,5 mil a menor no SIAFI.

(b) Atos potenciais.

Até a data de encerramento do exercício, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 30/09/2021, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somam R\$ 902 mil.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do campus Viamão, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);**
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. Balanço Orçamentário (BO);**
- IV. Balanço Financeiro (BF);**
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- VII. Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n2 - x2) / n2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:



Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

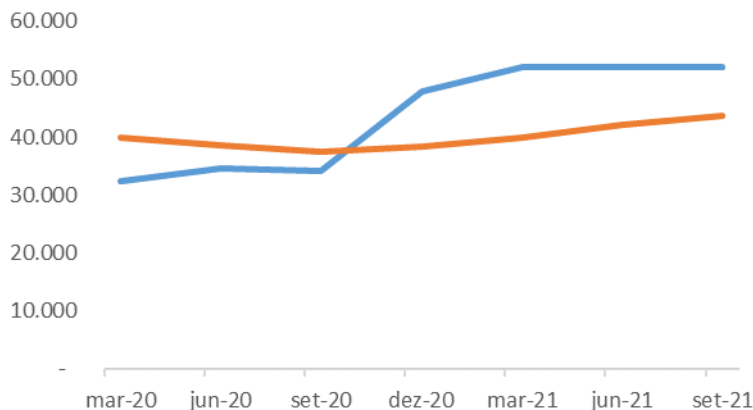
No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Estoques

Não houve aumento de estoque no último trimestre. Estes são representados pelos materiais em almoxarifado, que compreendem diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais em elaboração. O campus armazena, em média, R\$ 43,6 mil em almoxarifado.

Materiais em almoxarifado nos últimos 18 meses (valores em R\$)



Nota 2 – Imobilizado

No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelo campus é especializada, como, por exemplo, ativos de infraestrutura e materiais bibliográficos.

Bens Móveis

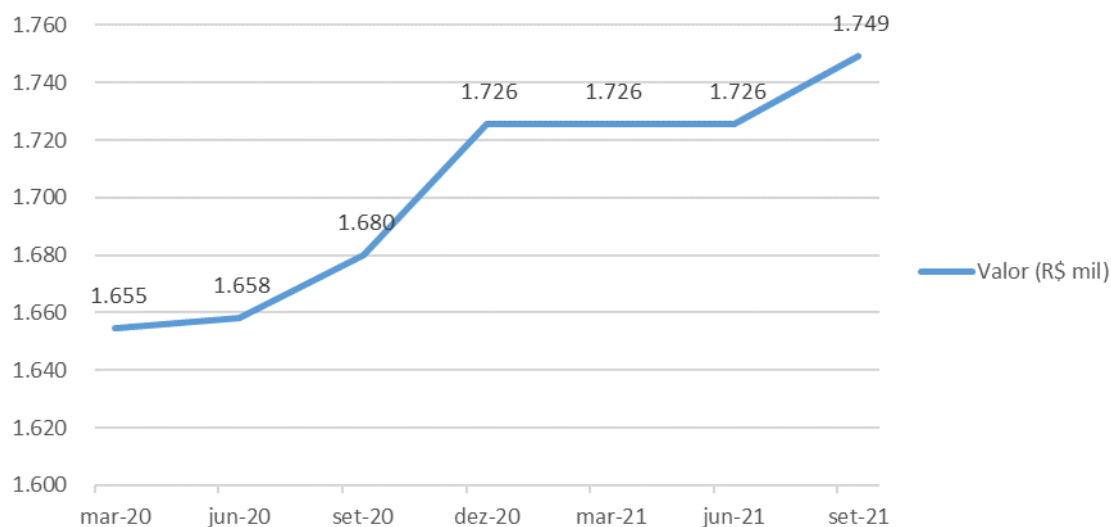
Os bens móveis totalizaram, pelo custo de aquisição, R\$ 1,75 milhões e estão distribuídos em categorias, conforme detalhado por conta contábil na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R\$ 642 mil (37% do total), seguido de mobiliário em geral, R\$ 482 mil (28% do total). O campus recebeu um kit de ferramentas e um torno modelo L6040 por meio de transferência da reitoria, no valor de R\$ 27.739,00.

Bens Móveis

Bens móveis	3º trim. 2021	4º trim. 2020	R\$	
	Custo	Custo	AH (%)	AV (%)
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	25.123	25.123	-	1
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	16.842	16.842	-	1
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	39.317	39.317	-	2
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	1.359	1.359	-	0
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	6.072	6.072	-	0
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	3.697	3.697	-	0
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	4.972	4.972	-	0
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	989	989	-	0
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	27.739	-	-	2
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	17.602	17.602	-	1
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	2.038	6.464	- 68	0
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	641.717	641.717	-	37
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	65.953	65.689	0	4
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	250	250	-	0
MOBILIARIO EM GERAL	482.096	482.096	-	28
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	144.230	144.230	-	8
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	3.155	3.155	-	0
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	60.494	60.494	-	3
VEICULOS EM GERAL	3.998	3.998	-	0
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	166.192	166.192	-	10
= BENS NAO LOCALIZADOS	3.910	3.910	-	0
Total	1.749.344	1.725.767	1	100

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Evolução do Imobilizado – Bens Móveis nos últimos 18 meses (valores em R\$ mil)



Depreciação Acumulada de Bens Móveis

A depreciação acumulada dos bens móveis totalizou R\$ 792,7 mil, equivalente a 45% do custo de aquisição total dos bens móveis.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus totalizaram R\$ 270 mil a título de imóveis de uso educacional, sem depreciação acumulada registrada.

Até o presente momento, não foram disponibilizadas informações mais detalhada dos investimentos em imóveis.

Nota 3 – Intangível

O ativo intangível é composto por softwares de vida útil indefinida, totalizando R\$ 897,00.

Nota 4 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

O campus apresentou um saldo de R\$ 130,8 mil de obrigações, sendo todo o montante de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos no prazo de doze meses seguintes. Essas obrigações estão divididas conforme tabela a seguir.

Obrigações a Curto e Longo Prazo

	R\$				
	set-21	dez-20	Var.	AH (%)	AV (%)
Subtotal - Curto Prazo	130.865	32.337	98.528	305%	100
Fornecedores e Contas a Pagar	48.489	31.974	16.515	52%	37
Demais Obrigações a Curto Prazo	82.376	362	82.014	22626%	63
Subtotal - Longo Prazo	-	-	-		
Total	130.865	32.337	98.528	304,69%	100

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

A maior parte as obrigações do campus se referem a demais obrigações a curto prazo, que representam 63% do total.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

Cinco fornecedores possuem créditos com o campus. Desse total, dois fornecedores representam 98% do saldo total a pagar, apresentado em ordem decrescente de valor a pagar na tabela adiante, que totaliza R\$ 48,4 mil.

Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedor

	R\$	
	set-21	AV (%)
UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	43.553	90
FONTANA & JOAQUIM LTDA	3.678	8
DE FRAGA CONSTRUCOES & SERVICOS EIRELI	658	1
REALTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	369	1
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	231	0
Total	48.489	100

Fonte: SIAFI, 2021

(a) UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA: referente a locação no condomínio Tecnopuc para sede no campus;

(b) FONTANA & JOAQUIM: referente aquisição de capa de processo, folheto não técnico e caderno para utilização na divulgação do campus pelo setor de comunicação.

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir.

Demais Obrigações a Curto Prazo

	R\$				
	set-21	AV (%)	dez-20	AV (%)	AH (%)
Consignações	-	0,0%	99	27,4%	-100,0%
Incentivos a educação, cultura e outros	82.376	100,0%	263	72,6%	31221,7%
Total	82.376	100%	362	100%	22626%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a folha de pagamento ou a compras de bens e serviços.

(b) Incentivo a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

Nota 5 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi deficitário em R\$ 212,8 mil e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$				
	set-21	set-20	AH (%)	AV (%)	
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.193.319	1.587.514	- 25	- 561	
Variações Patrimoniais Diminutivas	- 1.406.158	- 1.658.245	- 15	661	
Total	- 212.838	- 70.731	201	100	

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve um decréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, de 201%. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Diminuição no volume de transferência e delegações recebidas em R\$ 394 mil (25%);
- II. Diminuição dos gastos outras variações patrimoniais diminutivas em R\$ 38,8 mil (6%);
- III. Diminuição dos gastos no uso de bens, serviços e consumo de capitais fixo em R\$ 213 mil (21%).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Demonstração das Variações Patrimoniais

	R\$				
	set-21	set-20	Var.	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	1.193.319	1.587.514	- 394.195	-25%	100
Transferências e delegações recebidas	1.193.319	1.587.491	- 394.172	-25%	100
Outras VPAs	-	23	23	-100%	-
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	1.406.158	1.658.245	- 252.087	-15%	100
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	807.474	1.020.742	- 213.268	-21%	57
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2	-	2		0
Transferências e delegações concedidas	-	23	23	-100%	-
Outras VPDs	598.682	637.479	- 38.797	-6%	43
Total	- 212.838	- 70.731	- 142.108	201%	100

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos a diminuição das Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R\$ 394 mil, pelo repasse da setorial orçamentária do IFRS, correspondentes ao orçamento anual destinado ao campus, com queda de 25% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

A principal diminuição de gastos ocorreu com o uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, no montante de R\$ 213 mil, totalizando R\$ 807,5 mil (uma queda de 21%).

Isto posto, conclui-se na diminuição de 15% no total das Variações Patrimoniais Diminutivas, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$ 1,406 milhões até o encerramento do trimestre.

A redução na VPD de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo e de outras VPD's são demonstradas a seguir.

(a) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Diminutivas - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

			R\$			
	set-21	set-20	Var.	AH (%)	AV (%)	
Uso de materiais de consumo	80.176	142.720	- 62.544	-44%	10	
Serviços	585.212	687.859	- 102.647	-15%	72	
Depreciação, amortização e exaustão	142.086	190.163	- 48.077	-25%	18	
Total	807.474	1.020.742	- 213.268	-21%	100	

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Destaca-se a redução de 44% no uso de materiais de consumo, equivalente a R\$ 62,5 mil, em relação ao mesmo período no exercício anterior, e de 15% nos gastos com serviços, equivalente a R\$ 105,6 mil.

As principais variações nos gastos com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Serviços

			R\$			
	set-21	set-20	Var.	AH (%)	AV (%)	
Diárias	-	276	- 276	-100%	-	
Serviços técnicos profissionais	33.300	157	33.143	21113%	6	
Serv. de apoio adm., técnico e operacional	181.372	464.825	-283.453	-61%	31	
Serv. de comunicação, gráfico e audiovisual	371	290	80	28%	0	
Serv. transp., passagem, locomoção e hosp. - PJ	883	267	616	231%	0	
Serviços administrativos - PJ	360.909	203.774	157.135	77%	62	
Serv. Água e esgoto, energia elétrica, gás	8.377	15.749	- 7.372	-47%	1	
Serviços educacionais culturais	-	2.506	- 2.506	-100%	-	
Seguros em geral	-	16	- 16	-100%	-	
Total	585.212	687.859	- 102.647	-15%	100	

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

O principal gasto com serviços administrativos - PJ refere-se à locação no condomínio TecnoPuc para sede do campus.

(b) Outras VPD's

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram diminuição de gastos no campus, na ordem de 6%, e estão diretamente relacionados à bolsa de estudos. No terceiro trimestre de 2021, o total de gasto nesta rubrica foi de R\$ 598,6 mil.

Nota 6 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964, além do percentual de realização das receitas previstas e percentual de empenho da dotação atualizada.

No IFRS, a setorial orçamentária do órgão consolida a previsão e realização de receitas, assim como a dotação inicial e atualizada das suas unidades, de modo que o Balanço Orçamentário do campus é insuficiente para demonstrar o resultado orçamentário da unidade.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964). Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia R\$ 1,41 milhões. Houve um decréscimo de 19% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As despesas correntes representam 100% do total empenhado no exercício, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Despesas Empenhadas - Composição

	R\$			
	set-21	set-20	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	1.411.037	1.740.419	-	19
Despesas de Capital	-	-	-	-
Total	1.411.037	1.740.419	-	19

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Entre as despesas empenhadas, destacam-se os outros serviços de terceiros - PJ, com R\$ 727 mil em empenhos realizados no exercício, seguidas das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor de R\$ 568 mil, equivalentes à 51,5% e 40,3% do valor total empenhado, respectivamente.

O percentual de liquidação dos empenhos no exercício é de 79,6%.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve diminuição de 15% nos empenhos com outros serviços de terceiros e 20% nos empenhos com auxílios financeiros a estudantes.

A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas empenhadas no campus.

Empenhos - Composição

NATUREZA DE DESPESA	set-21					set-20				
	PROVISAO RECEB.	DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	AV (% de emp.)	PROVISAO RECEB.	DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	AH (% de emp.)
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	727.288	727.288	526.751	72,4	51,5	859.015	859.015	660.813	76,9	- 15,3
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	568.138	568.138	533.644	93,9	40,3	714.783	714.783	598.953	83,8	- 20,5
MATERIAL, BEM OU SERV. P/ DISTRIB. GRATUITA	58.585	58.585	16.494	28,2	4,2	32.494	32.494	29.228	89,9	80,3
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	39.129	39.129	39.112	100,0	2,8	37.997	37.997	37.997	100,0	3,0
SERV. DE TI E COMUNICACAO - PJ	13.968	13.968	6.720	48,1	1,0	11.305	11.305	11.200	99,1	23,6
MATERIAL DE CONSUMO	2.000	2.000	-	-	0,1	77.333	77.333	50.077	64,8	- 97,4
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.500	1.500	-	-	0,1	1.500	1.500	-	-	-
INDENIZACOES E RESTITUICOES	420	420	420	100,0	0,0	1.030	1.030	530	51,5	- 59,2
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	8	8	8	100,0	0,0	-	-	-	-	-
APLICACOES DIRETAS	57.450	-	-	-	-	11.802	-	-	-	-
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	-	-	-	-	-	3.762	3.762	276	7,3	- 100,0
APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORÇ.	954	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ (INTRA)	-	-	-	-	-	1.200	1.200	-	-	- 100,0
APLICACOES DIRETAS	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.475.441	1.411.037	1.123.149	79,6	100,0	1.752.220	1.740.419	1.389.073	79,8	- 18,9

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Os principais favorecidos do período são listados na Tabela a seguir.

Empenhos por favorecido - Composição

FAVORECIDO	set-21	
	DESP. EMP.	AV (%)
UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	624.869	44,3
INST.FED.DO RS/CAMPUS VIAMAO	607.087	43,0
PARANA LIMP SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI	60.990	4,3
COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS DE REFORMA AGRARIA	58.585	4,2
VILE CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA	20.469	1,5
DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS EIRELI	13.968	1,0
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	13.179	0,9
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	3.417	0,2
TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	2.373	0,2
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	2.000	0,1
NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI	2.000	0,1
DF TURISMO E EVENTOS LTDA	1.500	0,1
PAOLA MILLOS RODRIGUES	600	0,0
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO RS	0	0,0
Total	1.411.037	100,0

Fonte: SIAFI, 2021

Mais de 87% dos empenhos do campus estão concentrados nos dois primeiros favorecidos:

- **União Brasileira e Educação e Assistência:** empenhos destinados ao contrato de locação de imóvel para sede do campus;
- **Inst. Federal do RS / campus Viamão:** empenhos destinados ao pagamento de assistência estudantil, permanência e moradia aos estudantes matriculados no campus.

Nota 7 – Restos a Pagar

Conforme Tabela que segue adiante, 45% dos Restos a Pagar Processados a pagar e Não Processados a liquidar corresponde à equipamentos e material permanente, perfazendo o valor de R\$ 59 mil. Os outros serviços de terceiros correspondem a 34,7% do total de compromissos a realizar, no valor de R\$ 45,5 mil e, material, bem ou serviço para distribuição gratuita, 10,5%, no valor de R\$ 13,7 mil. Juntas, as três naturezas de despesas citadas correspondem a 90,3% do total de compromissos a realizar inscritos em restos a pagar.

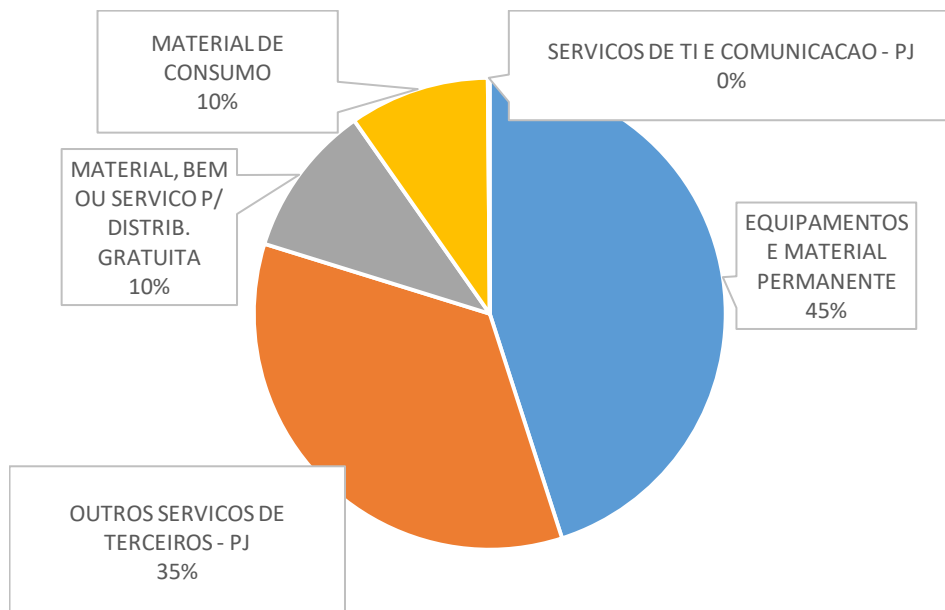
Restos a Pagar - Composição do 3º trimestre

NATUREZA DE DESPESA	R\$							
	RP PROC. INSCRITOS	RP PROC. PAGOS	RPP A PAGAR	RP NAO PROC. INSC.	RP NAO REINSC.	RP NAO PROC. LIQ.	RPNP A LIQ.	AV DOS RPP A PAG. E RPNP A LIQ. (%)
MATERIAL, BEM OU SERV. P/ DISTRIB. GRATUITA	24.920	24.920	-	13.729	-	-	13.729	10,5
MATERIAL DE CONSUMO	1.701	1.701	-	73.840	10.435	71.692	12.583	9,6
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	100	100	-	25.500	-	25.500	-	-
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	-	-	-	77.906	12.025	44.387	45.543	34,7
SERVICOS DE TI E COMUNICACAO - PJ	-	-	-	3.312	177	3.312	177	0,1
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-	-	-	-	59.035	-	59.035	45,0
Total	26.721	26.721	-	194.287	81.671	144.891	131.067	100

Fonte: SIAFI, 2021

Na Figura a seguir a representação gráfica dos compromissos a pagar de Restos a Pagar por natureza de despesa.

Compromissos a Pagar – Restos a Pagar até o 3º trimestre



A totalidade dos compromissos a pagar de Restos a Pagar correspondem aos Restos a Pagar Não Processados, que equivalem aos compromissos assumidos com materiais que não foram entregues ou serviços que não foram prestados ao IFRS até o encerramento do exercício anterior.

Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Favorecido - Composição do 3º trimestre

FAVORECIDO	RPNP A LIQUIDAR	AV (%)
BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	28.271	51,8
COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS DE REFORMA AGRARIA	13.729	25,1
PRO SONORIZACAO AUDIO VISUAIS LTDA	3.040	5,6
CELSON GEHM	2.441	4,5
TECNICA SULGAS LTDA	2.027	3,7
C A DE O NEVES	1.800	3,3
PARTAGER COMERCIO ATACADISTA DE BRINQUEDOS LTDA	1.690	3,1
NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS EIRELI	744	1,4
CARLOS ROBERTO GARDA 93134584034	680	1,2
SANTANA WERNECK COMERCIAL EIRELI	48	0,1
MAYCON VINICIUS SILVA PIMENTA	47	0,1
LADO C COMERCIO E IMPORTACAO HOME OFFICE EIRELI	39	0,1
MAQUIR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS CORPORATIVOS LTDA	31	0,1
MAPU DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA	30	0,1
Total	54.618	100,0

Fonte: SIAFI, 2021

Os principais Restos a Pagar Não Processados a Liquidar correspondem a:

BRS SP Suprimentos Corporativos: empenho destinado a serviço de gerenciamento de meios logísticos – almoxarifado virtual;

Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Reforma Agrária: empenho destinado a aquisição de gêneros alimentícios para os lanches dos estudantes.